

PSICOLOGIA & SOCIEDADE

Psicologia & Sociedade

ISSN: 0102-7182

revistapsisoc@gmail.com

Associação Brasileira de Psicologia
Social
Brasil

Moscheta, Murilo; Vilela Souza, Laura; Casarini, Karin Aparecida; Scorsolini-Comin, Fabio
Da (im)possibilidade do diálogo: Conversações Públicas e os direitos LGBTs
Psicologia & Sociedade, vol. 28, núm. 3, septiembre-diciembre, 2016, pp. 516-525
Associação Brasileira de Psicologia Social
Minas Gerais, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=309347788012>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

**DA (IM)POSSIBILIDADE DO DIÁLOGO: CONVERSÇÕES
PÚBLICAS E OS DIREITOS LGBTs**
*LA (IM)POSIBILIDAD DE DIÁLOGO: CONVERSACIONES PÚBLICAS Y
LOS DERECHOS LGBT*
*THE (IM)POSSIBILITY OF DIALOGUE: PUBLIC CONVERSATIONS AND
LGBT RIGHTS*

<http://dx.doi.org/10.1590/1807-03102016v28n3p516>

Murilo Moscheta

Universidade Estadual de Maringá, Maringá/PR, Brasil

Laura Vilela Souza

Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto/SP, Brasil

Karin Aparecida Casarini e Fabio Scorsolini-Comin

Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba/MG, Brasil

RESUMO

Este estudo tem como objetivo discutir o uso de estratégias do Projeto de Conversações Públicas (PCP) na promoção de diálogos relacionados aos direitos de pessoas lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros (LGBT). Quatro encontros de grupo foram áudio-gravados e posteriormente transcritos literal e integralmente. A análise privilegiou a identificação de quatro momentos marcantes nas conversas grupais discutidas a partir de sua articulação com os fundamentos técnicos do PCP, o construcionismo social e as discussões contemporâneas acerca de ética e direitos humanos. Destaca-se que a estrutura da conversa do PCP tem o benefício de criar uma condição favorável ao diálogo ao suspender a necessidade de produção de soluções ou acordos imediatos. Dada a artificialidade desse contexto conversacional, tal estratégia deve ser entendida como um recurso de sensibilização, focado na expansão da compreensão do outro e sem substituir outras formas de atuação social.

Palavras-chave: direitos LGBTs; facilitação de diálogos; Public Conversation Project; construcionismo social.

RESUMEN

Este estudio tiene como objetivo discutir el uso de estrategias del Proyecto de Conversaciones Públicas (PCP) en la promoción de diálogos acerca de los derechos de las personas lesbianas, gay, bisexuales y transexuales. Cuatro reuniones de grupos fueron grabadas en audio y posteriormente transcritas textualmente y en su totalidad. El análisis identificó cuatro momentos importantes en el grupos que fueran discutidos a partir de los fundamentos técnicos del PPC, el construccinismo social y las discusiones contemporáneas sobre la ética y los derechos humanos. Es de destacar que la estructura PPC tiene la ventaja de crear una condición favorable para el diálogo suspendiendo la necesidad de producir soluciones o acuerdos inmediatos. Dada la artificialidad de este contexto conversacional, esta estrategia debe ser entendida como un recurso de sensibilización, permitiendo la ampliación de la comprensión del otro sin reemplazar otras formas de acción social.

Palabras clave: derechos LGBT; facilitación del diálogo; Proyecto de Conversación Pública; construccinismo social.

ABSTRACT

This study discusses the use of the Public Conversation Project (PCP) strategies in the promotion of dialogues about civil rights of lesbian, gay, bisexual and transgender people. Four group meetings were audio-recorded and fully literally transcribed afterwards. The analysis focused on the identification of arresting moments, which were discussed in the articulation with PCP technique, social constructionism and contemporary discussions about ethics and human rights. PCP conversational structure favors the creation of conditions appropriate to dialogue once it adjourns the necessity of producing immediate solutions and agreements. Therefore, considering the artificiality of this conversational context, this strategy should be better understood as a resource for sensitization, focused on the expansion of descriptions about the other and without substituting other forms of social activism.

Keywords: LGBT rights, dialogue facilitation; Public Conversation Project, social constructionism.

Introdução

No senso comum ou no discurso científico, o termo 'diálogo' apresenta diversos usos e acepções (McNamee, 2008). Neste estudo, compreende-se diálogo como um qualificador da comunicação (Pearce & Pearce, 2003), ou seja, uma modalidade de conversa na qual há a suspensão de certezas, atenção para o processo conversacional, participação de múltiplas vozes e abertura ao inesperado (Moscheta, 2011). Considerando os processos conversacionais entre pessoas com opiniões distintas no que tange a temas sociais geradores de conflitos, o diálogo, tal como descrito acima, serve para a reflexão das pessoas sobre os efeitos das próprias posições na construção de relacionamentos e realidades (Herzig & Chasin, 2006; Stains, 2012). Ainda que não se possa garantir que uma estrutura de conversa gere momentos dialógicos, abordagens como a do Projeto de Conversações Públicas (PCP) têm demonstrado êxito na proposição de diálogos entre pessoas com opiniões distintas quanto a temas socialmente polêmicos. PCP é o nome de uma instituição norte-americana que propôs um formato de facilitação de diálogos (formato também nomeado PCP) e que tem realizado intervenções em diferentes países com sucesso. Sua abrangência chega a 15 países, tendo recebido diversos prêmios com relação à sua relevância na promoção de transformações sociais e fomento de uma cultura de paz (Goodman, 1992). No Brasil, esta metodologia tem sido utilizada desde 2012, a partir do intercâmbio Universidade Estadual de Maringá e Universidade Federal do Triângulo Mineiro

Segundo Stains (2012), o PCP entende que, para mudar as relações entre as pessoas, é preciso modificar os padrões que sustentam sua comunicação. Comumente, os padrões observados na interação dos grupos com opiniões distintas a respeito de temas polêmicos são de sentir-se ameaçados na presença de quem pensa diferente de si, tomar o outro como inimigo, olhar o outro grupo a partir de descrições estereotipadas, utilizar uma retórica polarizadora de opiniões e respostas defensivas (Becker, Chasin, Chasin, Herzig, & Roth, 1999). A proposta do PCP é a de que as pessoas possam sair da conversa com uma percepção de si e do outro ampliada, entender as nuances que marcam o conflito social e a opinião alheia (Herzig, 2011). O impacto social deste tipo de experiência pode incluir a abertura de novas frentes de conversação capazes de contornar ou superar os impasses atuais do debate ou pelo menos minimizar a violência da polarização entre eles.

Para tanto, a estrutura do PCP conta com um primeiro momento de interação grupal no qual

os participantes com distintas opiniões sobre um determinado tema apresentam as histórias pessoais que sustentam sua opinião; em seguida, são exploradas as incertezas, dúvidas e complexidade no que concerne a essa opinião; e, por fim, há a possibilidade de os participantes conhecerem um pouco mais das histórias das pessoas no grupo via perguntas de curiosidade e interesse (PCP, 2011). Antes do início do encontro, os acordos da conversa são reforçados, entre eles, o de os participantes falarem no grupo a partir de suas próprias experiências, buscarem ouvir os demais com atenção e respeito, não emitirem julgamentos com relação ao relato alheio e não utilizarem a retórica da argumentação e contra-argumentação, uma vez que a proposta do encontro não é a do convencimento ou persuasão (Herzig & Chasin, 2006). Para autores do PCP, o compartilhamento de histórias pessoais permite a apresentação de versões de si que muitas vezes não são possíveis de serem expressas em contextos de conflito (Black, 2008). Polletta e Lee (2006) defendem que o contar histórias, justamente por não ser o gênero discursivo mais utilizado entre pessoas com opiniões distintas, pode trazer elementos novos à conversa e, inclusive, permitir que grupos com menor possibilidade de uso de argumentos racionais abstratos possam participar de forma mais equilibrada com relação àqueles que possuem tal possibilidade.

No presente estudo, buscamos compreender os potenciais e limites da proposta de facilitação de diálogo do PCP a partir de sua implementação no cenário brasileiro. Escolhemos o tema da violência contra LGBTs (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros) como foco desses encontros. Frente ao alarmante cenário de violência a tal população (Gruenewald, 2012; Meyer, 2012; Ramos & Carrara, 2006), conversar sobre o referido tema tem sido um desafio para educadores, advogados, políticos, psicólogos e pessoas diretamente envolvidas com as políticas públicas relacionadas ao gênero e à sexualidade (Cardoso & Ferro, 2012; Freire & Cardinali, 2012; Louro, 2009; Mello, Brito, & Maroja, 2012). No Brasil, a repercussão desse debate também atinge a sociedade civil, como pode ser constatado nos recentes eventos de discussão do Projeto de Lei nº 122, que criminaliza a homofobia, o pedido de revisão da Resolução 001/99 do Conselho Federal de Psicologia (CFP) - que estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da orientação sexual - e a proposta de implantação de um kit anti-homofobia do Ministério da Educação (MEC), apenas para citar alguns exemplos mais explorados pela mídia.

Sensível a isto, a recente produção científica brasileira em psicologia social e áreas afins tem

mostrado uma crescente preocupação com as discussões ligadas aos direitos das pessoas LGBTQs. A maior parte de tais estudos é caracterizada por discussões que articulam as teorias de gênero com os direitos humanos e análises das políticas públicas no Brasil. Em menor número, estão os estudos que visam produzir estratégias interventivas dedicadas a fazer frente aos danos decorrentes da desigualdade, opressão e discriminação de pessoas LGBTQs. São trabalhos que discutem e analisam ações em contextos como educação (Nardi & Quartiero, 2012), saúde (Moscheta, 2011) e cidadania (Rasera, Teixeira, & Rocha, 2014), voltadas para as pessoas LGBTQs ou aos profissionais que atuam junto a elas. A discussão que apresentamos aqui busca contribuir com este conjunto de estudos dedicados à produção de recursos interventivos por meio da proposição de uma estratégia ainda escassa nos estudos nacionais: o uso de grupos mistos, nos quais a intervenção tem como objetivo colocar em diálogo os diferentes posicionamentos apresentados por pessoas LGBTQs e pessoas de diferentes áreas.

Entendemos que a oferta de escuta dos diferentes posicionamentos em um encontro de PCP não é sinônimo de compreendê-los como iguais em termos de seus efeitos éticos e políticos na legitimação de distintas formas de vida. Neste trabalho, a proposta de diálogos entre religiosos, pastores, padres, profissionais da saúde, educação e segurança pública, militantes LGBTQs, familiares de LGBTQs e pessoas LGBTQs se deu com base no interesse comum de todos de participarem de conversas que pudessem fomentar uma cultura de não violência. Partimos de uma ideia de ética contemporânea como a pensam Prado e Machado (2008), uma ética que valoriza e dá espaço às diferenças desde que o processo de diferenciação entre as pessoas não seja sinônimo de desigualdades e exclusão. Enquanto pesquisadores e facilitadores de diálogo, não estamos neutros na análise dessas conversas e reconhecemos nosso lugar nela a partir de nossa posição (a) em defesa de uma noção de identidade sexual como fluída, dinâmica histórica e performática (Butler, 2010); (b) de entendimento dos sentidos produzidos no grupo como produto de trocas históricas e sociais e das microinterações ocorridas no próprio grupo (Rasera & Japur, 2001); (c) do reconhecimento da tensão como parte necessária no processo de diálogo e de construção de políticas públicas no campo das questões LGBTQ (Carmona & Prado, 2009); (d) do entendimento de direitos de LGBTQs como não naturais, mas como processuais, construídos nas relações entre as pessoas e perpassados por relações de poder (Prado & Machado, 2008); (e) do reconhecimento de que os

discursos hegemônicos na área podem ter como efeito a criação de identidades subalternas, a hierarquização entre pessoas, a patologização de práticas sexuais não-heterossexuais e o fomento de uma cultura de preconceito (Prado, Machado, Santos, & Mountian, 2010); (f) do reconhecimento do histórico de repressão das expressões sexuais não-heterossexuais e da condenável violência que isso pode gerar (Mott & Cerqueira, 2001; Ramos, 2005).

Método

Foram realizados quatro encontros de facilitação de diálogos sobre a temática dos direitos LGBTQs, três em uma cidade do interior do estado do Paraná e um em uma cidade do interior de Minas Gerais. Os participantes de cada encontro são descritos no Quadro 1 a partir das características pelas quais eles se apresentaram nos grupos. O convite para a participação nos grupos foi feito por nós pesquisadores (e coautores deste artigo) para pessoas de nossa rede profissional de contato e ou por meio de pessoas-chave das comunidades locais que indicaram potenciais participantes com distintas opiniões sobre questões LGBTQs (tais como a criminalização da homofobia, preconceito religioso à LGBTQ e violência à LGBTQ). A estratégia de recrutamento mediante pessoas-chave na comunidade foi utilizada por considerarmos que essas pessoas, devido às atividades que desenvolvem na comunidade, têm um entendimento privilegiado acerca de quem poderia se beneficiar da modalidade de conversa que estávamos propondo. Para isso, foram realizados encontros preparatórios semanais com tais pessoas para discutir a proposta e metodologia dos grupos, bem como para acompanhar e discutir o processo de recrutamento. Os temas da conversa de cada grupo, os facilitadores e as pessoas-chave que atuaram no recrutamento estão descritos no Quadro 1.

Os pesquisadores entraram em contato com cada um dos participantes para uma conversa individual em que apresentaram em maiores detalhes os propósitos e o formato do encontro de PCP, explicitando o objetivo da conversa (o tema do diálogo de cada grupo) e o da pesquisa (compreender a utilização do PCP em cenário brasileiro). Assim, para participar dos grupos, os participantes precisavam demonstrar interesse no tema da conversa, assentir com a metodologia proposta e regras do encontro, como também consentir com o uso do material produzido no encontro com finalidades de pesquisa sobre o processo conversacional. Os participantes formalizaram sua anuência em participar do estudo assinando o termo de consentimento livre e esclarecido.

Quadro 1. Descrição dos temas e locais dos grupos, participantes, facilitadores e pessoas-chave

Tema e local	Participantes	Facilitadores	Pessoas-chave
Criminalização da Homofobia (Paraná)	uma policial civil uma professora universitária (Débora) um homossexual militante LGBT um professor universitário e homossexual uma agente de saúde, casada, heterossexual um empresário, homossexual e militante LGBT (Miguel)	uma psicóloga heterossexual um psicólogo homossexual (coautores deste trabalho)	Todos os convites foram feitos a partir da rede de contato profissional dos pesquisadores na cidade no interior do Paraná
Criminalização da Homofobia (Paraná)	um padre (Lourival) um professor de educação física uma profissional da saúde uma estudante homossexual (Pâmela) uma mãe de um jovem homossexual	uma psicóloga heterossexual um psicólogo homossexual (coautores deste trabalho)	Todos os convites foram feitos a partir da rede de contato profissional dos pesquisadores na cidade no interior do Paraná
Preconceito religioso a LGBTs (Paraná)	uma estudante bissexual uma estudante homossexual um jovem cristão, transexual um pastor de uma igreja inclusiva (Valter) uma estudante coordenadora de grupo de jovens católicos (Mari) uma estudante de teologia, heterossexual	uma psicóloga heterossexual um psicólogo homossexual (coautores deste trabalho)	- um pastor coordenador de uma Igreja inclusiva da cidade - uma coordenadora, transexual, de um abrigo de acolhimento de travestis e transexuais - uma enfermeira e coordenadora de um Centro de Testagem e Aconselhamento em doenças sexualmente transmissíveis
Violência a LGBTs (Minas Gerais)	um padre, pedagogo e defensor dos direitos LGBTs (Renato) uma militante feminista uma militante LGBT (Michele) um estudante homossexual uma professora universitária lésbica	uma psicóloga heterossexual um psicólogo homossexual (coautores deste trabalho)	- uma estudante católica envolvida em diferentes movimentos religiosos na cidade - uma professora universitária com trabalhos realizados junto a movimentos sociais de defesas de direitos LGBTs - Rede de contato dos próprios pesquisadores na cidade

Todos os encontros foram áudio-gravados e posteriormente transcritos na íntegra e literalmente. Após cada encontro, tanto os facilitadores quanto os participantes preencheram um formulário de *feedback* acerca da participação (cujo modelo é oferecido pelo PCP) que aborda, a partir da percepção do respondente, qual foi o momento mais significativo do grupo e sua justificativa. Para a organização e análise do material, baseamo-nos na proposta construcionista social da poética social (Shotter, 1998), a partir de seu uso em

investigações científicas (Guanaes & Japur, 2008). Em especial, utilizamos o conceito de “momentos marcantes” dessa proposta, que aponta para a possibilidade de análise dos momentos conversacionais nos quais, de acordo com Shotter e Katz (1998), algo de novo acontece na interação, novos sentidos, ideias, ou imagens são criados, e novas formas de pensar a questão em pauta passam a ser exploradas. Consideramos tal recorte metodológico significativo para nosso estudo, visto que os momentos marcantes têm sua origem

nas reações dialógicas entre as pessoas em conversa (Shotter & Katz, 1996). Na discussão dos momentos marcantes, tomamos como eixo a definição de diálogo exibida na introdução deste texto, buscando identificar as características de tais momentos que se articulavam com (a) suspensão de certezas, (b) atenção para o processo conversacional, (c) participação de múltiplas vozes e (d) abertura ao inesperado. Para os propósitos do presente estudo, selecionamos para discussão um único momento marcante de cada um dos grupos. Esses momentos foram considerados marcantes tanto para os dois facilitadores quanto para os participantes envolvidos na conversa e foram identificados a partir dos questionários de feedback preenchidos após cada grupo. Nota-se que os quatro momentos marcantes analisados dizem respeito à interação de uma pessoa religiosa com uma pessoa LGBT, embora este não tenha sido um critério para a seleção dos recortes analisados. Isto parece estar relacionado com a predominância de uma polarização nos debates sociais entre os temas relacionados à religião e aos direitos LGBTs, e uma vez que a articulação desses temas não constituiu o foco do presente estudo, consideramos importante destacar a relevância de estudos futuros dedicados a ela.

Resultados e discussão

Momento 1

Durante o primeiro grupo realizado, Miguel respondeu da seguinte forma à pergunta do coordenador sobre qual seria para ele o principal ponto de preocupação em relação à violência contra a população LGBT:

Miguel: *Para mim é tranquilo, minha família não é religiosa, mas os meus amigos, sabe? Pelo menos quem foi expulso de casa era porque era uma abominação, porque Deus não gosta, sabe? ... Querendo ou não, acaba sendo uma reprodução e, assim, para mim é um desfavor o que essas instituições [religiosas] fazem para o ser humano, é um profundo desfavor, sabe? Eu tenho respeito por algumas pessoas [religiosas], mas pela instituição não tenho um pinga de consideração.*

Facilitador: *Fiquei com vontade de perguntar: Miguel, se tem algum momento em que você tem menos descaso ou que você tem dúvida quanto ao seu descaso?*

Miguel: *Eu gosto de pessoas, alguns envolvidos com a religião, mas assim não são... Não estão tão em sintonia com o que a religião fala. Então é uma coisa muito disfarçadinha, sabe? De manutenção da sociedade. Isso me incomoda tanto.*

Débora: *Eu queria perguntar para o Miguel, né? ... Você trouxe a questão da religião na sua fala. Eu estava pensando em relação ao preconceito, né? E quanto cotidianamente a gente tenta combater o preconceito com outros preconceitos, né? Eu queria que você falasse um pouco em relação se você identifica também.*

No trecho acima, a intervenção do facilitador se ancora no pressuposto de que pessoas com opiniões divergentes tendem a apresentar seus argumentos de modo a ocultar seus pontos de incerteza e produzir o efeito retórico da convicção (McNamee & Shotter, 2004). Parece ter sido a partir da possibilidade do facilitador questionar a certeza da posição de Miguel que Débora encontrou espaço para pontuar o que tomou como efeito preconceituoso da fala de Miguel, que respondeu:

Miguel: *Fui meio preconceituoso? Um pouco, né?*

Débora: *Você falou assim da relação sobre como algumas pessoas que seguem uma religião ... eu senti em um dado momento uma certa generalização, né? Não sei se foi a intenção ou como que fica isso para você, né? ... Eu particularmente entendo que generalizar é um pouco... discriminar também, né?*

Quando Débora complementa a fala de Miguel, atribuindo a ela um caráter generalizante e discriminatório, ele não rejeita esta complementação, o que teria a forma, por exemplo, de uma resposta que defendesse o seu argumento tal qual ele havia expressado anteriormente (insistindo com falas como “não foi isso que eu quis dizer”). Ao contrário, ele inclui a fala de Débora na produção de uma nova resposta que refaz seu sentido. Ao responder ao questionamento do coordenador, Miguel apresentou uma versão de seus argumentos que passou a incluir não apenas sua desconsideração pela instituição religiosa, mas também seu empenho em dialogar com ela, considerando o impacto que a mesma tem na vida de outras pessoas. O reconhecimento da importância de tal diálogo motiva seu engajamento como ativista político em travar com os religiosos conversas que minimizem seus efeitos discriminatórios. É neste cenário que Débora pode interrogar Miguel sem desqualificá-lo. Uma aproximação torna-se possível.

Porém, considerando-se a complexidade dos efeitos das práticas discursivas, podemos olhar para essa interação a partir do efeito de se tomar o “preconceito contra LGBTs” como equivalente ao “preconceito contra os religiosos”. Entendendo preconceito como “uma comparação que exige hierarquização (entre as pessoas)” (Prado & Machado, 2008, p. 24), devemos lembrar que os religiosos não

possuem uma história de estigma, opressão e negação de direitos. Naturalizar o preconceito de religiosos para com LGBTs torna-se perigoso se se considera importante marcar essa diferença histórica e social. Débora responde a Miguel a partir de uma afirmativa de um preconceito reverso, que se no grupo de PCP pode não ter tido um efeito de negação do preconceito LGBT, mas na mídia, por exemplo, tem servido para religiosos ultraconservadores atacarem LGBTs de preconceituosos sem que se leve em conta que, quando se fala em preconceito, não se está falando apenas de um desacordo de posições, mas de práticas que envolvem a inferiorização social de alguém.

Momento 2

Ao final do segundo grupo, Pâmela foi questionada pelos facilitadores a respeito do que mais havia chamado sua atenção na conversa, ao que ela respondeu:

Pâmela: Uma coisa que eu achei muito bom para mim hoje foi de ter... Sempre tive muitos problemas em relação a... Eu não conseguia me assumir porque eu achava que aquilo era pecado, porque eu ia para o inferno depois de morta. Foi tudo isso que eu carregava da minha família. Inclusive era a preocupação da minha mãe, além do preconceito e tudo mais: "Mas, filha, sua alma". Aí foi até quando eu consegui falar com ela: "Não sofra por mim, tá? Você não tem culpa nenhuma". Daí ela perguntou: "Mas onde eu errei?", "Não, você não errou em nada, vocês foram os melhores pais que poderiam ter sido, mas vocês não têm como decidir pelo que eu quero". E encontrar alguém que é de uma religião, né, e que não... (referindo-se a Lourival). Com alguém que é religioso, mas não me condena. Que conseguiu olhar para mim de outra forma. Eu não tinha encontrado até então.

Lourival: Não querendo polemizar, mas uma colocação minha... O lado espiritual é a nossa essência e para o inferno você não vai porque o inferno não existe, o inferno é aqui e agora. O inferno é um estado da alma, vocês todos estão no céu com a consciência tranquila e eu estou aqui no maior inferno do mundo, brigando com todos e matando todos. E Deus é pai de todos, até dos homossexuais. Pode ficar tranquila.

Para Pâmela, foi inédito ouvir um representante de uma instituição religiosa descrever uma posição que não condenasse sua forma de ser. O formato do encontro de PCP provavelmente favoreceu o posicionamento de Lourival como compreensivo à diversidade sexual, um posicionamento que pode não ser tão comum em outros contextos de suas interações sociais. Isto decorre da estrutura da conversa que demanda que seus participantes falem a partir de suas

histórias de vida e não a partir de posições abstratas (como representante de uma instituição, por exemplo). Isto permitiu que Lourival se apresentasse no grupo como um padre que não condena a homossexualidade, embora a instituição à qual pertence condene. Se tomamos construcionista social o *self* como múltiplo (Gergen, 2009), entendemos que uma interação que permita Lourival colocar-se a partir da descrição de si como um padre que aceita homossexuais pode ter efeitos positivos e permitir que ele experimente os efeitos desse posicionamento (ouvir a emoção de Pâmela com sua aceitação de quem ela é, bem como amplificar a dissonância entre os efeitos de seu posicionamento pessoal e institucional). Todavia, nessa interação, não se coloca em questão o controle e a moralização da sexualidade resultantes dos discursos religiosos. A não-heterossexualidade tomada como uma questão religiosa, como assinalam Prado e Machado (2008), perde seu aspecto político de questionamento da hierarquização produzida nas práticas discursivas dos religiosos (como ilustrado na sua última frase: "Deus é pai de todos, até dos homossexuais").

Momento 3

O momento considerado marcante para Mari, Valter e os facilitadores aconteceu após Mari ter se posicionado no grupo com relação a como a igreja católica (por meio de seus grupos de jovens universitários) poderia se aproximar de LGBTs:

Mari: Um ponto que eu coloco também é a questão do acompanhamento, assim, não só espiritual da igreja, sabe? Mas um de vocês saber, poxa, será que aquela pessoa tá precisando de uma ajuda financeira, de um.. de comida.. Quais as necessidades que... É uma preocupação muito grande que eu vejo é... Dentro da igreja católica, toda dimensão social, não só a igreja católica, com certeza, as outras igrejas também. Que tenta : "Ah, aquela família tá necessitada, tá precisando de .. de alimento, de dinheiro, vamo ajudar, então eu vejo muito isso acontecendo, sabe? Eu acho muito bonito. E talvez eu acho que falte isso, sabe? Nessa quebra do preconceito, nesse acolhimento, nesse amor para com os LGBTs, também ter um acompanhamento social, sabe? Saber das necessidades não só espirituais, mas materiais, eu acredito também.

Valter, a partir do lugar de quem se decepcionou com os preconceitos que as instituições religiosas propagam, questionou Mari:

Valter: Posso fazer uma pergunta? Porque eu já fiz parte da igreja católica, você fala dos LGBTs, né, e tal, da igreja... Mas é... Eu não entendo. Como é que funcionaria isso aí dentro da igreja católica? Conheço a pastoral homossexual em São Paulo, tal.

Mas pelo que eu conheço das igrejas católicas, não tem jeito de funcionar e não sei qual igreja que tu pertence, mas... Na verdade, não funciona, eu não consigo ver isso nas igrejas. A pessoa até pode ir num grupo e tal, mas ela não vai ser aceita.

Mari: Assim, o que eu vejo é essa diferença entre você pensar diferente e o quanto você pode agir. Por exemplo, eu penso de uma forma, tenho as minhas convicções, tenho os meus ideais, as coisas que eu cresci com, e vocês têm uma outra forma de pensar; só que isso não impede de ajudar ... Claro que precisa de uma mudança de pensamento em muitas pessoas dentro da igreja, sabe?

Parece ter sido justamente o fato de Valter ter sido uma pessoa religiosa que permitiu que ele questionasse a “utilidade” das ações propostas por Mari para combate do preconceito na universidade. Para ele, as ações de “acompanhamento social” propostas por Mari não serão efetivas se não houver uma aceitação dos grupos católicos com relação às pessoas LGBTs. Mari, em sua resposta, incluiu os elementos trazidos por Valter em sua crítica à Igreja, quando afirmou que é necessário “uma mudança de pensamento em muitas pessoas (da Igreja Católica)”. Em sua fala, Mari manteve sua crença de que é possível essa inclusão, ainda que reconhecesse que nem todos os religiosos conseguem empreendê-la.

O que foi significativo em tal interação, para os facilitadores, foi a possibilidade de Mari refletir sobre os efeitos de sua proposta para lidar com o preconceito LGBT. De acordo com Mari, foi muito rico, segundo seu *feedback*, refletir no grupo a respeito dos limites de sua ação como coordenadora do grupo de jovens católicos, o que, conforme ela, ofereceu elementos para entender por que alguns estudantes LGBTs da universidade até chegavam a seu grupo, mas depois não permaneciam. Para os facilitadores, a riqueza desse momento decorre da possibilidade de Mari pensar nos limites de sua atuação em seu intuito de inclusão dos LGBTs no grupo que coordena.

Momento 4

Renato mencionou que o preconceito que os militantes da cidade têm com relação aos religiosos, pela generalização que fazem ao tratar todos como preconceituosos, impediu, até aquele momento, que ele pudesse ser parceiro de tais militâncias na construção de ações efetivas de diminuição da violência. Renato colocou-se no grupo como alguém que se interessava que essa parceria pudesse começar a acontecer:

Renato: Eu vou transformar isso num pedido... É... infelizmente, Michele, eu acabei me posicionando

como padre aqui no grupo. Eu acredito que em qualquer trabalho, em qualquer iniciativa, deve-se abarcar o maior número de pessoas referências de ambientes de instituições... Por exemplo, quando... Eu agora sou responsável pela discussão nacional sobre ideologia de gênero na Igreja, poucas pessoas sabiam que eu estava envolvido nessa discussão, e que eu tinha nas mãos todas...

Facilitador: O seu pedido?

Renato: É. O meu pedido é... Vou transformar minha preocupação num pedido. Eu gostaria muito de ser convidado pra mais iniciativas (pelos militantes da cidade), pra usar um pouco quem eu sou, do que faço e do que penso.

Esse momento selecionado aborda os benefícios do PCP de promover encontros entre pessoas que usualmente não conversam pelos preconceitos que carregam sobre “o grupo oponente”. Renato pôde falar de seu desejo de ter uma maior participação nos movimentos de militância na cidade e de ter sua colaboração tomada como de mesma valia que uma profissional que trabalha com gênero, por exemplo. Ele se utilizou de sua posição de privilégio nas discussões acerca da temática dentro da Igreja católica para ter seu valor reconhecido e evitar que as pessoas no grupo o tomassem apenas como mais um padre preconceituoso. Ao término do encontro, Renato e Michele trocaram dados de contato para que futuramente pudessem continuar tal diálogo. Considerando-se a proposta do PCP de ser espaço para fomento de futuras ações dos participantes a favor de uma cultura de cooperação, entendemos esse momento marcante do grupo como exemplo de um possível efeito do PCP para além das interações microsociais, expandindo-se por meio da formação de redes para o cenário macrosocial de ações a favor da diversidade e contra o preconceito.

Discussão

No que concerne aos momentos selecionados, entendemos que um dos aspectos importantes para que essas interações dialógicas acontecessem relacionasse à estrutura do PCP e ao posicionamento dos facilitadores como a favor dos direitos LGBTs e em defesa da diversidade sexual, aspecto que não pode ser desconsiderado na construção dos momentos dialógicos aqui selecionados para análise. Desde o início, os participantes se comprometeram em ouvir as falas alheias com respeito e abertura, ainda que elas se referissem a opiniões sobre o tema claramente divergentes das suas. Ou seja, aceitar participar do grupo já indicava uma disposição de tais pessoas em

experimentar esta forma de interação, aspecto que deve ser considerado para a avaliação da efetividade dessa abordagem. Assim, entendemos a possibilidade de efetividade do PCP quando os participantes não possuem interesses extrínsecos à conversa (por exemplo, a tomada de decisões sobre políticas sociais na área), e o objetivo comum seja justamente o de fazer cumprir os acordos do PCP quanto a não se fechar em proposições definitivas e individualistas.

Devemos compreender as posições assumidas no grupo (como, por exemplo, a de um padre que não condena a homossexualidade ou de um militante que busca não generalizar sua crítica aos religiosos) a partir da artificialidade da conversa, dos acordos do PCP e do foco do encontro. Podemos, desse modo, considerar que os acordos contribuem para as configurações dessas situações como “ideais”, distintas de muitas experiências vivenciadas no cotidiano das interações de religiosos com LGBTs. O foco da conversa, que claramente define que os participantes não precisam mudar de opinião ou tomar decisões naquele momento, cria um amparo para que eles ousem conhecer um pouco mais da posição de outro participante sem colocar em risco as importantes disputas que acontecem fora do contexto do grupo. Ou seja, considera-se que o exercício da postura dialógica e reflexiva proposta pelo PCP pode ser limitante e até mesmo prejudicial quando o propósito da interação estiver relacionado à negociação e acordos acerca de determinado tema. Ainda que esse seja um limite expresso do PCP, concordamos com Herzig (2011) que é justamente o formato estruturado (e artificial) do PCP que (paradoxalmente) produz um efeito liberador e reflexivo. Isso porque a estrutura permite novas formas interacionais, evitando-se estilos usuais de posicionamentos dos participantes. Assim, difere-se de estratégias de mediação (focadas na produção de acordos e soluções) e aproxima-se dos recursos de sensibilização (focados na expansão da compreensão do outro e possibilidades descritivas da alteridade).

Hess e Joseph (2011) mencionam o *feedback* oferecido pelos participantes de encontros de PCPs que apontaram uma sensação de conforto e maior conexão com as pessoas em conversa, aumentando a possibilidade de elas se colocarem no lugar do outro. Justamente com relação a esse ponto que alguns ativistas e militantes questionam em qual medida o PCP impede a defesa de direitos ao colocar um grupo vulnerável em posição de compreensão do grupo não vulnerável. Quanto a esse aspecto, os autores dizem entender que o diálogo não é substituto nem deve ter os mesmos propósitos de outras intervenções sociais como o ativismo e o protesto. A aposta aqui é a da qualificação

da posição das pessoas a partir da consideração da opinião de outros (Polleta & Lee, 2006).

Nesta direção, vale problematizar a crítica do PCP ter como efeito a identificação entre “inimigos”, sem considerar como essa identificação pode não levar em conta a diferença de privilégios sociais entre os dois grupos (Hess & Joseph, 2011). Ou seja, para a construção de ações de defesa de direitos das pessoas LGBTs, a necessidade de as igrejas repensarem o efeito de seus discursos na sociedade é significativamente mais importante que a possibilidade de um LGBT reconhecer que pode ser preconceituoso com relação aos religiosos, justamente porque os efeitos da discriminação são sobremaneira diferentes para religiosos ou LGBTs. Entendemos serem relevantes as iniciativas destacadas por Stains (2012) e Herzig (2011) de um cuidadoso processo de preparação dos participantes para o encontro que envolva entrevistas prévias para o levantamento de quais são as implicações da conversa, quais os possíveis riscos que podem ser antecipados tanto pelo participante quanto pelos facilitadores (que devem ter um conhecimento aprofundado de como o tema é vivido culturalmente e suas implicações para a construção de relações de conflito e violência). Os referidos autores entendem essa postura como de co-responsabilização entre facilitadores e participantes com relação ao *design* e efeitos da conversa.

Além disso, Hess e Joseph (2011) sugerem que alguns cuidados devem ser tomados para não se assumir que diálogo é a solução de todos os conflitos. Esses e outros autores (Baur, Abma, & Widdershoven, 2010; Chen, 2014) ressaltam dois aspectos significativos que devem ser problematizados na condução de diálogos com grupos sociais distintos: a questão da possível desigualdade de relações de poder no grupo, geradas no processo sócio-histórico de construção do conflito, e a possibilidade de voz na conversa de grupos socialmente vulneráveis frente a grupos com autoridade social. Como afirma Chen (2014), a diferença de identidade cultural dos participantes está associada a relações de poder desiguais, levando à necessidade de que os facilitadores tenham conhecimento das questões sociopolíticas, culturais e estruturais mais amplas que se relacionam a essa desigualdade. Em especial, tal autora entende ser necessária a análise de qual é a possibilidade de cada pessoa no grupo falar e ser ouvida e de que não existem fórmulas prontas para lidar com isso.

Por fim, importante problematizar o ideal de imparcialidade dos facilitadores de diálogo com respeito às diferentes posições dos participantes sobre o tema, já que, eticamente, e com relação a algumas

temáticas, o profissional não se encontra (nem deve se encontrar) neutro em seu julgamento quanto ao que é defendido no grupo. Não é em qualquer temática que o facilitador se implica, eticamente, como alguém que valoriza a multiplicidade de visões. Em alguns temas polêmicos, não concordamos com a defesa de uma posição de preconceito, o que nos move a selecionar pessoas para o grupo que, ainda que pensem de forma distinta, tenham como objetivo comum a garantia dos direitos sociais que defendemos. A possibilidade de deixar isso claro para os participantes é fundamental.

Concordamos com Smith (2008) que o diálogo não acontece sem seus momentos de “agonia”, demandando tempo, respeito, sofrimento e surpresas. Daí a importância de os participantes serem esclarecidos com relação a seus propósitos e circunscretores e aceitarem de maneira deliberada as regras que o definem. Paradoxalmente, como aponta o citado autor, é exatamente a aceitação das regras que serve ao propósito do diálogo como espaço transgressivo, sobretudo considerando-se contextos autoritários nos quais nenhuma ou quase nenhuma interlocução acontece entre os grupos em conflito. Como afirma Forester (2012), temos que evitar o perigo de se assumir que apenas o debate de ideias abstratas pode ser útil para a discussão de temas polêmicos. Herzig e Chasin (2006) relatam os benefícios da participação de ativistas em encontros de PCP que passaram a gastar mais energia em ações positivas referentes ao fim da violência intergrupos e menos no manejo das frustrações nas batalhas com os opositores. Nessas ocasiões, tais participantes puderam desmistificar seu receio de que o diálogo seria substituído da ação concreta com relação ao tema, experimentando um espaço conversacional de respeito mútuo, de problematização das certezas trazidas para a conversa, de multivocalidade, abertura, conexão humana e co-criação de sentidos (Black, 2008; Deetz & Simpson, 2004).

Referências

- Baur, V. E., Abma, T. A., & Widdershoven, G. A. M. (2010). Participation of marginalized groups in evaluation: Mission impossible? *Evaluation and Program Planning*, 33(3), 238-245.
- Becker, C., Chasin, L., Chasin, R., Herzig, M., & Roth, S. (1999). Do debate estagnado a uma nova conversação sobre questões controversas: um relato do projeto de conversação pública In D. F. Schnitman & S. Littlejohn (Orgs.), *Novos paradigmas em mediação* (pp. 259-273). Porto Alegre: ArtMed.
- Black, L. W. (2008). Deliberation, storytelling, and dialogic moments. *Communication Theory*, 18(1), 93-116.
- Butler, J. (2010). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade* (R. Aguiar, Trad.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. (Original publicado em 1990)
- Cardoso, M. R. & Ferro, L. F. (2012). Saúde e população LGBT: demandas e especificidades em questão. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 32(3), 552-563.
- Carmona, A. & Prado, M. A. M. (2009). O universal e o particular na política LGBT: tensões e diálogos na esfera pública [Trabalho completo]. In *Anais do XV Encontro Nacional da ABRAPSO*. Acesso em 05 de julho de 2011, em http://abrapso.org.br/siteprincipal/images/Anais_XVENABRAPSO/116.%20o%20universal%20e%20o%20particular%20na%20pol%20CDtica%20lgbt.pdf
- Chen, Y. (2014). Public engagement exercises with racial and cultural “others”: Some thoughts, questions, and considerations. *Journal of Public Deliberation*, 10(1). Acesso em 05 de julho, 2011, em <http://www.publicdeliberation.net/jpd/vol10/iss1/art14/>
- Deetz, S. & Simpson, J. (2004). Critical organizational dialogue: Open formation and the demand of “otherness.” In R. Anderson, L. A. Baxter, & K. N. Cissna (Eds.), *Dialogue: Theorizing difference in communication studies* (pp. 141-158). Thousand Oaks, CA: Sage.
- Forester, J. (2012). On the theory and practice of critical pragmatism: Deliberative practice and creative negotiations. *Planning Theory*, 12(1), 5-22.
- Freire, L. & Cardinali, D. (2012). O ódio atrás das grades: da construção social da discriminação por orientação sexual à criminalização da homofobia. *Sexualidad, Salud y Sociedad*, 12, 37-63.
- Gergen, K. J. (2009). *Relational being: Beyond self and community*. New York: Oxford University Press.
- Goodman, E. (1992). *A demilitarized zone in the abortion war*. Boston: The Boston Globe.
- Gruenewald, J. (2012). Are anti-LGBT homicides in the United States unique? *Journal of Interpersonal Violence*, 27(8), 3601-3623.
- Guanaes, C. & Japur, M. (2008). Contribuições da poética social à pesquisa em psicoterapia de grupo. *Estudos de Psicologia*, 13(2), 117-124.
- Herzig, M. (2011). Fostering welcoming communities through dialogue. Acesso em 03 de maio, 2012, em http://www.welcomingamerica.org/wp-content/uploads/2011/10/wac_dialogue.w01.pdf
- Herzig, M. & Chasin, L. (2006). *Fostering dialogue across divides: Nuts and bolts guide from the public conversations project*. Watertown, MA: Public Conversations Project.
- Hess, J. Z. & Joseph, D. (2011). Intergroup dialogue as a community-level intervention in public animosities associated with same-sex marriage: An action research proposal. Acesso em 03 de maio de 2012, em http://www.clintrogersonline.com/blog/wp-content/uploads/2008/12/marriage-dialogue_a-proposal.doc
- Louro, G. L. (2009). Heteronormatividade e homofobia. In R. D. Junqueira (Org.), *Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas* (pp. 85-94). Brasília, DF: Ministério da Educação.
- Mello, L., Brito, W., & Maroja, D. (2012). Políticas públicas para a população LGBT no Brasil: notas sobre alcances e possibilidades. *Cadernos Pagu*, 39, 403-429.
- McNamee, S. & Shotter, J. (2004). Dialogue, creativity, and change. In R. Anderson, L. Baxter, & K. Cissna (Eds.), *Dialogic approaches to communication* (pp. 91-104). Thousand Oaks, CA: Sage.
- McNamee, S. (2008). *Transformative dialogue: coordinating conflicting moralities*. Acesso em 15 de setembro, 2015,

- em http://pubpages.unh.edu/~smcnamee/dialogue_and_transformation/LindbergPub2008.pdf
- Meyer, D. (2012). An intersectional analysis of gay, lesbian, bisexual and transgender (LGBT) people's evaluation of anti-queer violence. *Gender and Society*, 26(6), 849-873.
- Moscheta, M. S. (2011). *Responsividade como recurso relacional para a qualificação da assistência à saúde de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP.
- Mott, L. & Cerqueira, M. (2000). *Causa mortis: homofobia. Violação dos direitos humanos e assassinato de homossexuais no Brasil*. Salvador: Grupo Gay da Bahia.
- Nardi, H. C. & Quartiero, E. (2012). Educando para a diversidade: desafiando a moral sexual e construindo estratégias de combate à discriminação no cotidiano escolar. *Sexualidad, Salud y Sociedad*, 11, 59-87.
- Pearce, W. B. & Pearce, K. A. (2003). Taking a communication perspective on dialogue. In R. Anderson, L. A. Baxter, & K. N. Cissna (Eds.), *Dialogue: Theorizing difference in communication studies* (pp. 39-56). Thousand Oaks, CA: Sage.
- Polletta, F. & Lee, J. (2006). Is telling stories good for democracy? Rhetoric in public deliberation after 9/11. *American Sociological Review*, 71(5), 699-723.
- Prado, M. A. M. & Machado, F. V. (2008). *Preconceito contra homossexualidades: a hierarquia da invisibilidade* (1ª ed.). São Paulo: Cortez.
- Prado, M. A. M., Machado, F. V., Santos, L. C., & Mountian, I. (2010). Los movimientos LGTB y la lucha por la democratización de las jerarquias sexuales en Brasil. *Revista Digital Universitaria*, 11(7), Acesso em 2 de julio, 2010, em <http://www.revista.unam.mx/vol.11/num7/art68/index.html>
- Public Conversations Project - PCP. (2011). *Constructive conversations about challenging times: A guide to community dialogue*. Watertown, MA: Autor.
- Ramos, S. (2005). Violência e homossexualidade no Brasil: as políticas públicas e o movimento homossexual. In M. P. Grossi et al. (Orgs.), *Movimentos sociais, educação e sexualidades* (pp. 31-44). Rio de Janeiro: Garamond.
- Ramos, S. & Carrara, S. (2006). A constituição da problemática da violência contra homossexuais: a articulação entre o ativismo e a academia na elaboração de políticas públicas. *Physis*, 16(2), 185-205.
- Rasera, E. F. & Japur, M. (2001). Contribuições do pensamento construcionista para o estudo da prática grupal. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 14(1), 201-209.
- Rasera, E. F., Teixeira, F. B., & Rocha, R. M. G. (2014). Construcionismo social, comunidade e sexualidade: trabalhando com travestis. In C. Guanaes-Lorenzi et al. (Orgs.), *Construcionismo Social: discurso, prática e produção do conhecimento* (pp. 289-301). Rio de Janeiro: Instituto NOOS.
- Shotter, J. (1998). Social constructionism and social poetics: Oliver Sacks and the case of Dr. P. In B. M. Bayer & J. Shotter (Orgs.), *Reconstructing the psychological subject: bodies, practices and technologies* (pp. 33-51). Londres: Sage.
- Shotter, J. & Katz, A. M. (1996). Articulating a practice from within the practice itself: Establishing formative dialogues by the use of a "social poetics". *Concepts and Transformation*, 1(2-3), 213-237.
- Shotter, J. & Katz, A. M. (1998). 'Living moments' in dialogical exchanges. *Human Systems*, 9(2), 81-93.
- Smith, A. R. (2008). Dialogue in agony: The problem of communication in authoritarian regimes. *Communication Theory*, 18(1), 160-185.
- Stains, R. R. (2012). Reflection for connection: Deepening dialogue through reflective processes. *Conflict Resolution Quarterly*, 30(1), 33-51.

Agradecimento

À agência de fomento: FAPEMIG (Processo APQ-02062-12).

Submissão em: 30/04/2015

Revisão em: 13/08/2015

Aceite em: 06/11/2015

Murilo Moscheta é docente do Departamento de Psicologia da Universidade Estadual de Maringá. Endereço: Universidade de São Paulo (USP-RP). Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto. Departamento de Psicologia. Av. Bandeirantes, 3900. Bairro Monte Alegre. Ribeirão Preto/SP. CEP 14040-901
E-mail: murilomoscheta@me.com

Laura Vilela Souza é docente do Departamento de Psicologia da Universidade de São Paulo.
E-mail: lauravilelasouza@gmail.com

Karin Aparecida Casarini, Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Triângulo Mineiro.
E-mail: kacasarini@yahoo.com.br

Fabio Scorsolini-Comin, Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Triângulo Mineiro.
E-mail: fabioscorsolini@gmail.com